



VENEZUELA

Maduro mira ONGS, “fascismo” e ódio

Assembleia Nacional, de maioria chavista, discute projetos de lei para controlar organizações não governamentais e tornar partidos políticos ilegais. Líder do Parlamento diz que texto é o primeiro voltado a “fazer respeitar o resultado eleitoral”

» RODRIGO CRAVEIRO

Federico Parra/AFP

O comunicado da Assembleia Nacional (AN) da República Bolivariana da Venezuela, de maioria chavista, detalhava a ordem do dia: a partir das 14h30 (15h30 em Brasília) de ontem, os deputados realizariam um segundo debate sobre o Projeto de Lei de Fiscalização, Regularização, Atuação e Financiamento das Organizações Não Governamentais e Afins. Logo em seguida, abordaram a criação da Comissão Nacional contra o Fascismo, o Ódio e a Violência. O pacote legislativo, discutido em regime de urgência, é visto pelas ONGs de defesa dos direitos humanos como uma forma de cercear seu trabalho e dificultar a responsabilização por abusos cometidos durante a repressão.

Segundo a agência de notícias France-Press, a segunda e definitiva discussão foi suspensa abruptamente, em menos de uma hora. O motivo teria sido a redação de um artigo. O presidente da AN, Jorge Rodríguez, admitiu que a lei para a regulamentação das ONGs é “a primeira” voltada a “fazer respeitar o resultado eleitoral”.

Para analistas, o resultado da votação são favas contadas: o chavismo conta com 256 dos 277 deputados. Por sua vez, a legislação contra o fascismo — com a criação da Comissão — entrará em fase de consulta pública hoje, antes mesmo da segunda discussão. O texto prevê punição à promoção de reuniões ou manifestações que façam “apologia ao fascismo” e propõe a ilegalização de partidos políticos. As empresas, organizações ou meios de comunicação que bancarem atividades ou divulgarem informações que “incitem ao fascismo” terão que pagar multa de US\$ 100 mil (cerca de R\$ 549 mil).

Ao mesmo tempo, a Organização das Nações Unidas (ONU) alertou para o “clima de medo” instalado desde as eleições de 28 de



Deputados da Assembleia Nacional votam projetos de lei sobre entidades da sociedade civil: ativistas veem tentativa de cerceamento

julho. O opositor Edmundo González Urrutia garante que venceu o presidente Nicolás Maduro com 67% dos votos. As atas eleitorais não foram apresentadas pelo Palácio de Miraflores. “Apelo às autoridades a não adotarem estas ou outras leis que prejudiquem o espaço cívico e democrático do país”, apelou Volker Türk, alto comissário para os direitos humanos da ONU. No mesmo comunicado, ele também manifestou preocupação com as prisões e acusações por “ódio” ou sob “legislação antiterrorista”.

Mão de ferro

Na segunda-feira, Maduro determinou o uso de mão de ferro por parte das forças de segurança. “Exijo que todos os poderes do Estado atuem com maior celeridade, maior eficiência e mão de ferro contra o crime, contra a violência, contra os crimes de ódio. Mão de ferro e justiça severa, firme. Fazer cumprir os princípios constitucionais”, declarou.

Em entrevista ao *Correio*, Rafael Uzcátegui — coordenador

geral do Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea) — afirmou que o regime de Maduro busca, com a aprovação da lei sobre as ONGs, ter legitimidade jurídica para neutralizar o trabalho das organizações da sociedade civil, especialmente aquelas que trabalham na defesa dos direitos humanos. “É a ‘nicaraguização’ do contexto venezuelano”, explicou, ao comparar a perseguição encampada por Maduro e pelo presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, às ONGs do país.

De acordo com Uzcátegui, ante a progressiva remoção da cooperação internacional, as organizações não governamentais estavam esvaziadas para enfrentar uma crise da envergadura como a de 28 de julho, depois das eleições. “Essa lei obrigará as ONGs que desejarem seguir nas denúncias de abusos de poder a trabalharem à margem da Justiça. As organizações mais conhecidas terão que tomar uma decisão: sobreviver, reduzindo

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Estamos no pior momento qualitativo de violação dos direitos humanos na Venezuela, onde o abuso de poder se concentrou nos setores populares, que decidiram deixar de votar na opção bolivariana. Maduro sabe que perdeu por quase 4 milhões de votos de diferença. O que estamos vendo é a sua vingança política pela falta de apoio popular.”

Rafael Uzcátegui, coordenador geral da ONG Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea), uma das ONGs mais respeitadas de Caracas

o próprio perfil, ou continuar trabalhando acompanhando as vítimas, em condições muito difíceis”, explicou.

O coordenador do Provea avalia a proposta de criação da Comissão Nacional contra o Fascismo, o Ódio e a Violência como parte da “promoção do medo e do terror”. “A intenção é que os cidadãos fiquem inibidos de exercerem e exijam seus direitos. Depois do brutal desrespeito à vontade popular, nos encontramos em um contexto de maior repressão, dado que o governo decidiu permanecer no poder, a despeito das maiorias do país”, comentou Uzcátegui. “Essa Comissão significa a revogação das garantias constitucionais”, advertiu.

ORIENTE MÉDIO

Irã rejeita apelos contra ofensiva em Israel

Em meio a ameaças do Irã de atacar Israel, em retaliação à morte de Ismail Haniyeh — líder do movimento extremista Hamas —, Teerã rejeitou os apelos do Ocidente para desescalar a tensão e desistir de uma ofensiva. O regime teocrático islâmico ressaltou que não pede “autorização” para responder ao inimigo. Foi uma resposta direta aos governos de EUA, França, Itália, Alemanha e Reino Unido, um dia depois de pedirem ao Irã que “renuncie a suas ameaças contínuas de ataque militar contra Israel”.

Existe o temor, por parte da Casa Branca, de que uma ofensiva iraniana frustre as negociações sobre um cessar-fogo na Faixa de Gaza, previstas para amanhã. Por sua vez, Teerã insiste que um acordo de trégua no enclave palestino teria o potencial de evitar, ou pelo menos adiar, uma resposta militar contra Israel.

“A República Islâmica está determinada a defender sua soberania (...) e não pede a autorização de ninguém para usar seus direitos legítimos”, declarou

Nasser Kanani, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã. A Casa Branca acredita que “uma série de ataques amplos” por parte das forças iranianas e de aliados possa ocorrer ainda nesta semana. A ofensiva militar poderia contar com o envolvimento de Irã, da milícia xiita libanesa Hezbollah, dos rebeldes houthis no Iêmen e de grupos insurgentes no Iraque.

Majid Rafizadeh, cientista político iraniano-americano e especialista em Oriente Médio pela Universidade de Harvard, afirmou ao *Correio* que, com base nos ataques retaliatórios ocorridos em abril, a tática de engajamento em conflitos indiretos, por meio de aliados, aparentemente chegou ao fim. “Essa mudança importante em direção a um confronto direto aumenta o risco de uma guerra total. O aumento de frequência desses ataques diretos sublinha a escalada de tensões e o potencial de um conflito mais amplo”, explicou. “Alguns analistas sugerem que o premiê Benjamin Netanyahu pode se sentir encorajado



Em Teerã, fotos do presidente Masoud Pezeshkian (D), e de Haniyeh

pela decisão de Joe Biden de não buscar a reeleição. O próprio Biden exortou os líderes israelenses a evitarem ações que pudessem levar a uma guerra regional. Agora, Netanyahu pode perceber uma oportunidade para adotar uma abordagem mais agressiva em relação ao Irã.”

De acordo com Rafizadeh, a dinâmica de uma guerra direta

entre Irã e Israel pode modificar de modo significativo o panorama geopolítico do Oriente Médio e compelir os EUA a reavaliarem suas prioridades na região. “Sob a perspectiva do governo iraniano, ataques retaliatórios contra Israel poderiam ser um meio de manter sua posição depois do assassinato de um líder do Hamas em

Teerã. O Irã busca projetar força para a própria base conservadora e para aliados regionais, destacando sua influência nas esferas regional e global”, disse. Apesar de reconhecer que a eliminação de Haniyeh é um “duro golpe” ao prestígio do Irã e que o regime teocrático precisa reafirmar sua posição como potência regional dominante, o professor de Harvard acredita na necessidade de Teerã de evitar uma guerra aberta.

Ainda segundo Rafizadeh, o Irã sabe que suas capacidades militares não têm comparação com aquelas das forças combinadas dos EUA e de Israel. Além disso, a economia iraniana, combatida pela inflação e pelo desemprego, seria incapaz de sustentar uma guerra a longo prazo. “Também é importante notar que os protestos espalhados pelo país destacaram a insatisfação da população com a situação econômica e sociopolítica. O envolvimento em um conflito exacerbaria o levante doméstico”, observou. (RC)

Eu acho...

Arquivo pessoal



“A situação atual é perigosa, com antigas linhas vermelhas entre o Irã e Israel tendo sido cruzadas. Isso aumenta a probabilidade de uma guerra total inevitável, dependente das ações e reações de ambas as nações. O potencial para um conflito regional mais amplo se agiganta. Enquanto o mundo observa, as decisões tomadas nos próximos dias e semanas serão críticas. Os riscos são altos, pois essa questão envolve não apenas a estabilidade regional, mas também a segurança global.”

Majid Rafizadeh, cientista político iraniano-americano e especialista em Oriente Médio pela Universidade de Harvard